



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOASLINY DE SOUZA LACERDA

CRIANÇAS AUTISTAS E SUA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JOÃO PESSOA/PB
2017

JOASLINY DE SOUZA LACERDA

CRIANÇAS AUTISTAS E SUA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Adelaide Alves Dias.

JOÃO PESSOA/ PB

2017

L131c Lacerda, Joasliny de Souza.

Crianças autistas e sua inclusão na educação infantil / Joasliny de Souza Lacerda. – João Pessoa: UFPB, 2017.

44f. : il.

Orientadora: Adelaide Alves Dias
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Autismo. 2. Educação infantil. 3. Educação inclusiva. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.2(043.2)

JOASLINY DE SOUZA LACERDA

CRIANÇAS AUTISTAS E SUA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal da Paraíba para obtenção de Grau de licenciado(a) do Curso de Pedagogia. Trabalho desenvolvido sob a orientação da Profa. Dra. Adelaide Alves Dias.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 06/ Dezembro / 2017



Prof^ª. Dr^ª. Adelaide Alves Dias (Orientadora)



Prof^ª. Dr^ª. Ana Luisa Nogueira de Amorim (Examinadora)



Prof^ª Dr^ª Maria Roberta de Alencar Oliveira (Examinadora)

João Pessoa/PB

2017

AGRADECIMENTOS

Ao meu grande Deus pela saúde, sabedoria e força de vontade de continuar e concluir o curso de Pedagogia, o qual foi uma escolha que tomei como um projeto de vida.

A minha mãe que sempre foi meu alicerce para me tornar uma pessoa justa e capaz de realizar meus objetivos, aquela que sempre me apoiou e nunca me deixou fraquejar diante das barreiras encontradas durante o curso. Sem deixar de agradecer a todos os meus parentes, por sempre me apoiarem e nunca me deixar desistir. Em especial ao meu irmão Joaslan, pessoa que sempre pude contar, diretamente ou indiretamente, para a realização dessa conquista.

A minha madrinha Raimunda e amiga de infância Elane Cristina pelo carinho, compreensão e confiança que sempre tiveram nas minhas atitudes.

A minha amiga Joelma Cabral pela amizade sincera, sempre apoiando minhas decisões e por acreditar na minha capacidade do fazer e de ser.

As minhas companheiras de curso que desejo levar para a vida, Cláudia e Débora, por dividir vários momentos de alegrias, de conquistas e de desafios que encontramos juntas durante esse período de aprendizagem. Sem esquecer o companheirismo de Felipe Ivor, Marizete Costa, Sandra Ferreira, Maria José e minhas amigas Ligiane Raiane e Joyce Trajano que fizeram uma diferença enorme não só na minha vida acadêmica, mas também na minha vida fora dela, obrigada por todo apoio, não me deixando fraquejar.

A todos os meus professores, que foram fundamentais para minha formação como pedagoga.

A minha orientadora Prof^a Dr^a. Adelaide Alves Dias pela confiança, pelas Orientações prestadas e incentivadas na construção deste trabalho. Pela oportunidade de experiência como pesquisadora, bem como por exigir de mim melhorias na elaboração das atividades desenvolvidas para essa pesquisa.

A todos/as integrantes do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre a Criança- (NUPEC) da UFPB, que foram fundamentais para o meu crescimento de forma acadêmica e por cada aprendizado adquirido em cada encontro.

Dedico este trabalho de conclusão de curso, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Eliane Tavares de Souza e João Batista Lacerda.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas de inclusão educacional da criança com autismo nas escolas municipais de João Pessoa, que oferecem educação infantil e avaliar a efetividade dessas práticas no acesso e na permanência dessas crianças nas pré-escolas, na perspectiva dos professores e pais das crianças autistas. Foi realizada uma pesquisa exploratória do tipo qualitativa em três momentos: no primeiro uma pesquisa histórica sobre o autismo e a educação inclusiva. No segundo momento uma pesquisa documental da legislação específica nacional e internacional do autismo. No terceiro a pesquisa empírica junto a 8 (oito) sujeitos, sendo 3 (três) professores, 3 (três) acompanhantes e 2 (dois) pais. Foram utilizados como instrumentos, a observação participante das práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças autistas e a entrevista semi-estruturada com os professores, acompanhantes e pais. Também utilizamos o diário de campo para os registros de observações realizadas. Com os dados coletados iniciamos uma análise de conteúdo por meio de codificação, categorização e descrição analítica. Foi possível agrupar conjuntos de falas representativas de cinco categorias e análises, foram elas: A formação para os profissionais; Acolhida da criança com autismo; Dificuldades em lidar com a criança com autismo; Família/ Escola/ Amigos; Importância do ensino regular para a criança autista. Com base nos resultados encontrados identificamos que os profissionais envolvidos sentem a necessidade de qualificação adequada para lidar com as crianças autistas. De acordo com os relatos, os sujeitos entrevistados mostraram dificuldade de chamar atenção das crianças autistas para participar das atividades desenvolvidas em sala de aula. Porém, identificamos através das observações a aceitação dos outros alunos da sala regular, com os alunos autistas e em algumas situações o contato direto das crianças autistas com os demais.

Palavras - chave: Autismo. Educação Infantil. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the pedagogical practices of educational inclusion of children with autism in the municipal schools of João Pessoa who offer early childhood education and to evaluate the effectiveness of these practices in the access and permanence of these children in preschools, from the perspective of teachers and parents of autistic children. An exploratory research of the qualitative type was carried out in three moments: in the first, a historical research in autism and inclusive education. In the second moment a documentary research of the specific national and international legislation of the autism. We also used the field diary for records of observations made. With the collected data we begin a content analysis through codification, categorization and analytical description. It was possible to group sets of statements representative of five categories and analyzes, they were: Training for professionals; Welcoming the child with autism; Difficulties in dealing with the child with autism; Family / School / Friends; Importance of regular education for the autistic child. Based on the results we have identified that the professionals involved feel the need for adequate qualification to deal with autistic children. According to the reports, the subjects interviewed showed difficulty in drawing attention from the autistic children to participate in the activities developed in the classroom. However, we identified through the observations the acceptance of the other students of the regular classroom, with the autistic students and in some situations the direct contact of the autistic children with the others.

Key words: Autism. Child education. Inclusive education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 PERCURSO METODOLÓGICO	11
3 TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO ...	14
4 A POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	20
4.1 Da segregação à inclusão: limites e avanços da educação inclusiva	20
4.2 A inclusão no Brasil: política e história	21
5 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA DE PROFESSORES E PAIS	26
5.1 Categoria 1: Formação para os profissionais	27
5.2 Categoria 2: Acolhida da criança com autismo	28
5.3 Categoria 3: Dificuldades em lidar com a criança com autismo	30
5.4 Categoria 4: Família/Escola/Amigos	32
5.5 Categoria 5: Importância do ensino regular para crianças autistas	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES	39

INTRODUÇÃO

O referido trabalho foi motivado pelo resultado do projeto de pesquisa *EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO SOCIAL: entre a garantia e a proteção aos direitos fundamentais e a inclusão de pessoas autistas nas redes de ensino da Paraíba*, vinculado pelo CNPq/PIBIC/UFPB do Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica, no ano 2015-2016, que teve como orientadora a Prof^a Dr^a Adelaide Alves Dias. De acordo com a conclusão deste mesmo projeto, as Políticas Públicas existentes são consideradas insuficientes pelos profissionais envolvidos na sua efetividade, havendo assim relatos, que há despreparo e falta de uma assistência adequada do ponto de vista estrutural e sócioeducacional para incluir as crianças autistas no ensino regular.

As dificuldades encontradas tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social das crianças autistas nos levaram a entender a importância do contato diário dessas crianças com outras crianças, para que possa favorecer a um crescimento positivo de desenvolvimento educacional e social de interação da criança com TEA. Com isso, a pesquisa buscou responder as seguintes questões: 1. Como a inclusão educacional de crianças de zero a cinco anos, acometidas de TEA, vem sendo efetivada nas pré-escolas municipais de João Pessoa? 2. Em que medida o atendimento educacional especializado tem contribuído para a inclusão das crianças nas pré-escolas do município de João Pessoa e como se articula com o ensino regular?

Daí partiu para a necessidade de investigar como se dá o processo de inclusão educacional das crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na educação infantil, especificamente nas pré-escolas, na rede municipal de João Pessoa, tendo como objetivos: 1) investigar as práticas pedagógicas de inclusão educacional da criança com autismo nas escolas municipais de João Pessoa que oferecem educação infantil; 2) avaliar a efetividade dessas práticas no acesso e na permanência dessas crianças nas pré-escolas, na perspectiva dos professores e dos pais das crianças autistas. Buscamos estabelecer relações entre as políticas para as pessoas com deficiência e a efetividade do direito à educação das crianças no contexto pré-escolas municipais de João Pessoa, mediante análise das práticas pedagógicas de inclusão educacional.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa exploratória, do tipo qualitativa, que visou compreender como e que medidas as práticas pedagógicas de inclusão educacional da criança

com TEA têm sido efetivadas com vistas a garantir o direito dessas crianças a uma educação infantil de qualidade.

A pesquisa foi realizada em três momentos: 1) Pesquisa histórica, visando analisar o aporte histórico e conceitual desde a classificação do autismo como um sintoma específico da esquizofrenia, até a sua compreensão enquanto Transtorno do Espectro do autista (TEA), adotada pelo DSM-5. 2) Pesquisa documental da legislação específica, tanto nacional como internacional, caracterizando a pesquisa documental de fontes escritas primárias e secundárias, de modo que serão analisadas as normas ligadas à educação e aos direitos humanos nas esferas municipal, estadual, nacional e internacional que possibilitou traçar o comparativo entre o ser e o dever ser. 3) Pesquisa empírica focada no acompanhamento de pessoas diagnosticadas com autismo, matriculadas na educação infantil da rede de ensino público de João Pessoa, segundo metodologia qualitativa.

A pesquisa foi realizada nas Escolas de Rede Pública Municipal, que tinham crianças de 4 e 5 anos autistas incluídas. Foram utilizadas a observação participante das práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças autistas e a entrevista semi-estruturada com os seus professores e responsáveis. Foi utilizado também o diário de campo para os registros de Observações realizadas. Em sequência, iniciamos a análise dos dados coletados por meio de codificação, categorização e descrição analítica, configurando a aplicação da técnica de ensino análise do conteúdo.

Na perspectiva de responder as questões levantadas e atingir os objetivos descritos, partimos das análises documentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) que tem como princípio básico a garantia do direito de igualdade para todos, focando numa formação voltada para a ética e a cidadania, cujos objetivos estão direcionados em preparar o indivíduo para viver socialmente, respeitando as diversidades de seres, colocando em prática seus direitos e deveres na sociedade.

Considerando a falta de reconhecimento de dignidade humana, a Declaração de Direitos Humanos vem integrar alicerces da liberdade, da justiça e da paz, tentando formar o indivíduo através da educação, para se tornar um humano ético, capaz de lutar pelos seus próprios direitos de liberdade. Portanto, o direito de igualdade a todos está assegurado por diversas leis e documentos oficiais, tais como: A Constituição Federal (1988), a Lei 7853/89, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-LEI 8069), a Lei de Diretrizes e Bases de educação Nacional (BRASIL, 1996), Lei Brasileira de Inclusão (2015). Além desta parte introdutória, o resultado deste trabalho está dividido em três capítulos.

O segundo capítulo deste trabalho de conclusão de curso contextualizou o “Autismo: Conceito e evolução”, partindo para uma expectativa educacional, tomando como fonte principal o estudo do teórico psiquiatra americano, Leo Kenner.

No terceiro capítulo contextualizamos as políticas de inclusão de crianças diagnosticadas em TEA na rede regular de ensino, partindo dos estudos documentais e levantamentos de dados coletados, visando à efetivação dos direitos das mesmas, assim como garantindo práticas educacionais de qualidade.

No quarto capítulo, estão apresentados os resultados da pesquisa realizada nas CREIs e nas escolas municipais que selecionamos do município de João Pessoa. A pesquisa foi realizada com professores da sala regular de ensino e com os responsáveis das crianças diagnosticadas em TEA das respectivas instituições, uma vez que os mesmos participaram de uma entrevista semi-estruturada a fim de colher dados relacionados sobre as práticas educacionais que eram aplicadas com as crianças para o seu desenvolvimento. A partir daí, foram feitas observações diretas nas salas de aula para analisar a efetividade dessas práticas, visando à garantia das leis de inclusão para as crianças diagnosticadas em TEA.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, do tipo qualitativa, que visou compreender como e em que medidas as práticas pedagógicas de inclusão educacional da criança com TEA têm sido efetivadas com vistas a garantir o direito dessas crianças a uma educação infantil de qualidade.

Para isso, a pesquisa foi realizada em três momentos: 1) pesquisa histórica, que visou analisar o aporte histórico e conceitual desde a classificação do autismo como um sintoma específico de esquizofrenia até a sua compreensão enquanto Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), adotada pelo DSM-5. A pesquisa foi feita através do uso de documentos e de livros específicos, partindo desde livros e artigos sobre psicologia e psiquiatria até chegar à análise. 2) Pesquisa documental da legislação específica, tanto nacional como internacional, caracterizando a pesquisa documental de fontes escritas primárias e secundárias. O levantamento normativo permitirá a elaboração de um comparativo entre o que é previsto em lei e o que, de fato, ocorre quando se fala em políticas públicas de inclusão educacional de pessoas com autismo e a proteção aos respectivos direitos. 3) A pesquisa empírica se deu através do uso de uma metodologia qualitativa focada no acompanhamento de pessoas diagnosticadas com autismo, matriculadas na educação infantil da rede municipal de João Pessoa.

Para iniciar o processo de pesquisa empírica, tivemos a necessidade de ir à busca da relação de instituições públicas municipais que apresentavam alunos matriculados. Para isso, houve a necessidade de ir até a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa na tentativa de conseguir essa relação de escolas, onde foi aberto um protocolo e tivemos que aguardar a liberação no prazo de oito a quinze dias.

Após a autorização e a relação com 9 (nove) escolas que possivelmente tivessem alunos autistas matriculados, iniciamos uma pesquisa online em busca do endereço e dos contatos telefônicos destas escolas. Ao dar início aos contatos via telefone descobrimos que a maioria das escolas que estavam na relação não tinha alunos autistas, outras não funcionavam mais a pré-escola e ainda tinha escola que se encontrava fechada a mais de um ano, com isso percebemos que a relação fornecida pela Secretaria Municipal de João Pessoa se encontrava desatualizada. Isso foi constatado depois que realizamos as buscas e não tivemos êxito na localização das crianças matriculadas.

Dentre as (9) nove escolas consultadas sobre a existência de alunos autistas matriculados, chegamos a duas escolas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Ana

Cristina Rolin Machado e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^o João Gadelha de Oliveira Filho, ambas se encontram localizadas no bairro de Mangabeira, nelas iniciamos o processo de coleta de dados com entrevistas e com observações.

As realizações das entrevistas e das observações foram em dupla com a bolsista do segundo plano deste projeto. Pelo fato do projeto existir apenas dois planos e eu ser voluntária, tivemos a necessidade de realizar a pesquisa empírica juntas. Portanto, os dados coletados das entrevistas são os mesmos, porém com diferentes discussões.

Identificamos que na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a Ana Cristina Rolin Machado possui 2 (dois) alunos com TEA, regularmente matriculados, além de possuir o ensino integral. Iniciamos o acompanhamento com o primeiro que tem quatro anos de idade e é do sexo masculino. O mesmo faz outros acompanhamentos com profissionais fora da escola e mora com os pais. A criança tem o apoio de uma acompanhante, que tem como formação o ensino médio completo, a qual trabalha nessa função há três anos. A outra criança identificada também na mesma escola possui seis anos de idade e é do sexo masculino. Nesse caso, a criança não participa de nenhum acompanhamento fora da escola. A pessoa responsável pela criança é avó materna, com poucas informações sobre o autismo, isso porque ele atingi um grau leve do autismo e é um pouco independente comparado ao caso da outra criança citada anteriormente. A criança também tem uma acompanhante que não possui nenhuma qualificação para lidar com o autismo.

Importante ressaltar sobre esses dois casos das acompanhantes sem a qualificação adequada para a criança autista, é que a mesma tem assegurado pela Lei 12.764/2012, Parágrafo único que “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. Partindo dessa informação, podemos perceber a importância de se investigar as políticas públicas, não só para as crianças com TEA, mas de uma forma geral.

Na segunda escola que realizamos a pesquisa, conseguimos identificar apenas uma criança com TEA, a mesma está matriculada no horário matutino e tem cinco anos de idade, que também é do sexo masculino. Nesse caso, tivemos a oportunidade de observar que a criança tem acompanhamento com outros profissionais fora da escola e, além disso, a sua acompanhante de sala é formada em pedagogia e possui especialização em psicopedagogia, nos relatando ainda que já teve várias experiências com criança com TEA.

Para obter os dados necessários de como é trabalhado a inclusão e a permanência dessas crianças no ensino regular, realizamos entrevistas com as professoras da sala regular,

com os acompanhantes e com os pais que foram possíveis ter o contato. As observações dessas crianças se deram durante o mês de fevereiro e março deste mesmo ano, que aconteceram da seguinte forma: Na EMEF Prof^a Ana Cristina Rolin Machado realizamos duas visitas de observação para cada criança e na EMEF João Gadelha de Oliveira realizamos quatro visitas de observações. Fizemos essa divisão pelo fato de ter encontrado alguns atrasos de coleta de dados pela burocracia de documentos que precisamos para ter acesso às informações.

Após a coleta de dados, iniciamos as análises do material coletado, a fala dos sujeitos e as observações que com a finalização das transcrições foram submetidas aos procedimentos de Análise de Conteúdo, divididos em quatro fases: pré-análise, exploração do material, codificação e categorização que foram divididas em cinco categorias.

3 TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas: “autos” que significa “em si mesmo” e “ismo” que significa “voltado para”, ou seja, o termo autismo originalmente significa “voltado para si mesmo” (LIRA, 2004; GOMES, 2007). O termo “autismo” foi inicialmente apresentado na psiquiatria por Plouller, em 1906, como um item descritivo do sinal clínico de isolamento, onde o mesmo estudava um processo de características de pessoas com esquizofrenia. Partindo daí Leo Kenner (1943), iniciou um estudo baseado no comportamento de um grupo de crianças que se diferenciavam de outras.

Logo, o conceito de autismo foi crescendo, vários pesquisadores começaram a estudar sobre o termo utilizado e hoje se pode dizer que com as grandes mudanças que o conceito de autismo foi tendo, dar-se a entender que o autismo não é mais caracterizado com uma doença específica, mas por um conjunto de sintomas que foram caracterizados por Wing (1979) em três grupos definidos como o tripé dos sintomas autísticos, que são eles: falha na interação social, dificuldade na comunicação e comportamentos estereotipados. Gikovate, (2009) cita que para que alguém receba o diagnóstico de autismo é necessário haver comprometimento dos três pés do tripé acima e que os sintomas tenham tido início antes dos três anos de idade.

Não é necessário que o comprometimento seja de igual intensidade para cada grupo, isto é, para uma determinada criança pode haver um comprometimento mais intenso da comunicação do que da sociabilidade. Mas é fundamental que para se falar em autismo exista comprometimento nos três grupos (GIKOVATE, 2000, p. 10)

É importante entender que o autismo é considerado hoje um conjunto de sintomas comportamentais, de modo que existem graus diferenciados para as pessoas acometidas do tripé descrito por Wing (1979), no qual é referido o conceito de espectro autístico. Os sintomas podem estar como espectro dos quadros severos, ou seja, os autistas não verbais, como também o espectro dos quadros leves, nesse quadro trata-se da síndrome de Asperger ou o de Transtorno Invasivo do desenvolvimento.

O autismo é considerado também como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), essa denominação é encontrada no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – Fourth Edition (DSM-IV)*, sob o código 299.00. Essa categoria é caracterizada pelo desvio no desenvolvimento que não se trata apenas de um atraso, mas que apresente sintomas nos três grupos do tripé que foi citado anteriormente. Para ser usado o termo autismo deve ser analisado se existe o atraso na aquisição da fala, mesmo com a

presença dos outros sintomas dos três grupos do tripé. Quando não há esse atraso na fala, havendo apenas os outros sintomas a nomenclatura correta para se usar é desordem de Asperger.

Existem alguns especialistas que debatem sobre a dificuldade de distinguir entre o Autismo leve e a Desordem de Asperger, pelo fato das características de diagnósticos irem de contra ou versa com os estudos de casos feitos com crianças, como cita Gikovate, (2009):

Para muitos especialistas em autismo, como Tony Attwood (1998)., a distinção entre autismo leve e Desordem de Asperger não é tão clara como o DSM-IV propõe, uma vez que uma criança com critério para autismo e que não fale nada com três anos pode evoluir e se tornar tão funcional (ou mais) do que outra criança que não atrasou para falar (e, portanto classificada como Asperger). Com seis anos as duas crianças deste exemplo podem apresentar quadros semelhantes não sendo possível dizer quem tem Asperger ou quem tem autismo mais leve (GIKOVATE, 2009, p.12-13).

FIGURA 1 - Transtorno de Espectro Autista



Fonte: <https://www.bing.com/images/search>. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

O termo, “Invasivo”, usado pelo DSM-IV para a classificação do autismo como um “Transtorno Invasivo do desenvolvimento” foi substituído por “Global” na atualização do DSM-IV-TR, em 2002. Sendo assim, o autismo passou a ser chamado dentro da categoria de Transtorno Global do Desenvolvimento. Ainda dentro dessa categoria é composta essas cinco deficiências como mostra na FIG 1 acima: Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Síndrome de Rett, Transtorno desintegrativo da infância e Transtorno Global do desenvolvimento sem outra especificação (autista clássico). É fundamental sabermos que, mesmo essas deficiências fazendo parte da mesma categoria, existem entre elas características em comum.

As características da Síndrome de Rett estão ligadas ao autismo pelo fato de que grande parte das crianças não falam, pois mesmo aquelas que têm aquisição da fala perdem essa habilidade com a regressão que existe na característica dessa síndrome e outro fator interessante como característica dessa síndrome é que diferente do autismo as meninas são as mais afetadas.

Já o Distúrbio Desintegrativo da infância tem como característica uma perda séria nas habilidades sociais e na comunicação, outro fato importante é que no autismo podem ser diagnosticadas nos primeiros anos e no Distúrbio Desintegrativo da infância, a criança pode ter dois anos do seu desenvolvimento normal. Portanto, o que diferencia o autismo das demais deficiências é o comprometimento no comportamento, no desenvolvimento e na interação social.

Atualmente o termo que foi adotado para substituir o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e o transtorno invasivo do Desenvolvimento (TID) foi o termo TEA (transtorno do Espectro Autista), pela nova classificação publicada em maio de 2013 da quinta edição do manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais – DSM-5.

Em maio de 2013, a quinta edição foi publicada incluindo mudanças expressivas nos critérios diagnósticos de autismo e adotando, finalmente, o termo TEA (Transtorno de Espectro do Autismo) como categoria diagnóstica.

O DSM-5 agrupou e incluiu quatro das cinco categorias dos TID do DSM-IV na condição de TEA. Foram elas: Transtorno Autista, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação. De acordo com DSM-5, esses transtornos não terão mais validade em termos de condições diagnósticas distintas. Assim, passarão a ser considerados no mesmo espectro do autismo. O transtorno de Rett, no DSM-5, tampouco foi considerado como um dos TEAe, sim como uma doença distinta (KHOURY ET AL, 2014, p. 10 e 11).

Até onde os estudos apontam o autismo não tem cura. A criança diagnosticada precisa ter um acompanhamento por uma equipe multidisciplinar que possa melhorar a sua qualidade de vida no aspecto comportamental e de interação social respeitando suas limitações.

É importante ressaltar que o autismo não causa outras doenças, porém outras doenças podem fazer com que o autismo seja provocado. Algumas doenças infecciosas da gravidez, como a sífilis; a rubéola e a toxoplasmose podem ser fatores externos que causam o autismo. Também algumas doenças infecciosas do cérebro, como as lesões traumáticas; a meningite; o uso de drogas por parte dos pais; como também doenças genéticas que causam um retardo

mental. Estatisticamente uma a cada 100 crianças nascem com Espectro Autista, porém quatro a cinco homens para cada mulher são afetados, no entanto para a psiquiatria infantil quando o sexo feminino é afetado é considerado um quadro clínico mais agravante, porém esse indicativo seria mais para uma questão genética.

Partindo agora para uma compreensão cognitiva que está presente nas crianças acometidas com TEA, iremos ressaltar alguns aspectos que necessariamente não estão em todas as crianças diagnosticadas, que essas características variam da faixa etária dessas crianças, do grau do autismo e se existe ou não retardo mental associado a elas.

No quadro abaixo veremos o resumo das diferenças de estilo cognitivo apresentada por Nilsson (2003), que mostrará as diferenças do processo de estímulos e a maneira de vivenciar o mundo entre as crianças autistas e as não autistas, porém isso não implica dizer que as do não autista seja a maneira correta e a dos autistas seja a errada.

QUADRO 1 – Resumo das diferenças no estilo cognitivo

Resumo das diferenças no estilo cognitivo	
CRIANÇAS AUTISTAS	CRIANÇAS NÃO AUTISTAS
Pensamento literal concreto	Pensamento simbólico
Estilo de pensamento visual	Estilo de pensamento verbal
Pensamento fragmentado	Pensamento holístico
Um estímulo sensorial por vez	Coordenação de todas as modalidades sensoriais
Fazer as coisas a seu modo	Adaptação às outras pessoas
Previsibilidade	Improvisação
Aqui e agora	História: antes e depois
Conceito de programa superior ao de tempo	Conceito de tempo superior ao de programa
Engana-se com promessas	Entende o pode ser

Fonte: Nilson (2003, p.23)

Ao observar crianças diagnosticadas em TEA, podemos identificar os pontos citados no quadro acima.

Um ponto importante que foi citado é sobre esse entendimento através do concreto. A criança autista precisa de uma comunicação direta (sem meios termos), com palavras simples, para assim facilitar o entendimento da mensagem que queiram lhe passar, além dessa oralidade simples, também há necessidade de usar imagens representativas, objetos concretos. Esse é um dos pontos que em sala de aula o professor (a) precisa trabalhar para facilitar na interação, na comunicação e na rotina da criança autista com a sala de ensino regular. Nesse

fato, as crianças autistas se apegam mais as coisas fixas, ou seja, coisas que não fiquem em constantes mudanças, se apegam em rotinas e se essas são mudadas já causam um desconforto na criança e, assim, surge à negação pelo novo.

Tendo em vista os aspectos abordados, entende-se que as áreas de interação social, comunicação e comportamento se articulam intimamente no desenvolvimento humano desde a mais tenra idade. Considerando que os indivíduos com autismo apresentam prejuízos nessas áreas, cabem os profissionais que com eles trabalham, utilizarem estratégias que completem a aquisição de habilidades que são pré-requisitos para que outras se efetivem (LEMOS, SALOMÃO, AGRIPINO-RAMOS, 2014, p 118).

Daí pode pensar na importância que os profissionais trabalhem com estratégias que chamem a atenção das crianças autistas, derivados que possam buscar a confiança da criança. É importante a observação conhecendo o comportamento da criança e um conhecimento prévio sobre o seu contexto, assim o professor poderá seguir para a prática na adaptação dessa criança na realidade escolar, sem precisar causar muitos desconfortos na mudança de rotina.

Outra característica importante que também foi citada no quadro acima é sobre o pensamento fragmentado. As crianças autistas não se atem em uma informação completa, já que existe algum ponto que fragmenta a atenção daquela criança. Se uma criança vai ao teatro, pode acontecer que ela não preste atenção nas cenas completas, mas algum ponto fixo pode fazer com que ela mantenha o foco. Da mesma forma em sala de aula, a criança autista talvez não consiga captar toda a informação da atividade que esteja sendo aplicada, mas possa ser que algum ponto possa lhe chamar atenção.

A partir disto, o professor tem a oportunidade para explorar outros aspectos da criança, mantendo sempre uma conexão de trocas.

Além dessas duas características comentadas acima, nos deparamos com muitas outras que dificultam a socialização e a comunicação com o outro. As crianças autistas realizam determinadas tarefas e comportamentos de acordo com a sua maneira de entender o mundo. Os autistas têm a sensibilidade sensorial que também causa o desconforto no ambiente escolar, por exemplo, muito barulho, cores fortes e excesso de informações. Quando a criança autista se sente desconfortável com essas situações, tende a transmitir isso com alguns comportamentos de agitação e inicia movimentos repetitivos para se sentir mais aliviada.

4 A POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

4.1 Da segregação à inclusão: limites e avanços da educação inclusiva

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de garantir a igualdade de direitos para todos os povos e nações, fazendo com que cada indivíduo tenha conhecimento dessa Declaração como uma forma de se proteger da desigualdade humana e estabelecendo a consciência da sua liberdade de lutar por esses direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi discutida a partir de critérios essenciais para a dignidade humana que envolve o desrespeito pelos direitos humanos, a necessidade do reconhecimento do direito de iguais, da justiça, da liberdade e da paz do mundo. Havendo a preocupação de esses direitos serem protegidos por leis, a Assembleia Geral proclamou no artigo II;

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DUDH-ONU, 1948).

Pensando em uma educação inclusiva surgiu a Declaração de Salamanca, escrita em 1994 na cidade de Salamanca, localizada na Espanha. É um documento que se trata dos princípios, das políticas e das práticas sobre a educação especial. Estavam presentes 88 governos e 25 organizações que reafirmaram um compromisso das regras postas para a garantia de uma educação inclusiva de qualidade para crianças, jovens e adultos dentro do ensino regular. Nessa ação, foram estabelecidas propostas para orientações inclusivas nas escolas regulares, que seriam incentivadas nos países e aplicadas em forma de leis e/ou políticas. Assim, como um compromisso a fim de buscar o enfrentamento ao combate de atitudes discriminatórias e oferecendo uma educação para todos, respeitando os alunos com suas características, interesses, habilidades e necessidades peculiares, a fim de oportunizar um excelente ensino aprendizagem.

O documento destaca que deverão ser criados programas de treinamento contínuo de professores para a atuação no ambiente escolar inclusivo e envolvimento de pais, comunidade e organizações especializadas no tema para discutirem e planejarem melhores serviços de atendimento. Como também garantir compromisso dos países em disponibilizar maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces. Deixando em destaque que

muitas leis e políticas públicas sobre educação especial inclusiva em outros países tomaram partida após essa Declaração, dando destaque a esse documento.

Através da educação o indivíduo terá uma formação voltada para a ética e para a cidadania seguindo uma visão focada na DUDH, preparando o indivíduo para viver socialmente respeitando as diversidades de seres, pondo em prática a luta pelos seus direitos e ainda impor os seus deveres como ser humano na sociedade.

A educação especial é uma modalidade que passa por todos os níveis da educação, que é tratada pela nossa lei maior quando nos referimos à área educacional, que estabeleceu o reconhecimento à educação como um direito de todos, respeitando as características, os interesses, as habilidades e as necessidades peculiares, a fim de oportunizar um excelente ensino aprendizagem.

4.2 A inclusão no Brasil: políticas e história

A inclusão escolar no Brasil é um movimento que teve como marco inicial a Constituição Federal Brasileira de 1988. Incluir é uma ação política, cultural, social e educacional que objetiva a defesa dos direitos de todos e para todos, sem que haja nenhum tipo de discriminação.

Ao se tratar da educação especial e refletindo sobre as práticas inclusivas, é possível ver várias legislações e políticas que orientam essas práticas dos processos educativos envolvendo as pessoas com deficiência. Portanto, através desse levantamento de dados documentais, iremos passar por um estudo partindo da Constituição Brasileira (1988), a Lei nº 7853/89, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA- Lei 8069), a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Brasileira (Brasil, 1996), a Lei nº 12.764 (2012) e finalizando com a Lei Brasileira de Inclusão (2015).

A Constituição Federal é mais um documento oficial que visa assegurar os direitos sociais e individuais, de segurança, de liberdade, da igualdade sem nenhum preconceito, promovendo o bem para sociedade, defendendo a paz entre os povos, prevalecendo os direitos humanos. O Art.3º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, assegura a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (MEC/SEESP). Sendo a lei maior que rege o nosso país, se tratando da área educacional, estabelece no inciso III art.208, o Atendimento Especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Compreendendo a eventual necessidade e a demanda por serviços que possam atender essa parte da educação, que precisaria ser incluída na educação e na sociedade, a educação especial foi criada como modalidade que perpassa todos os níveis, etapas ou modalidades da educação brasileira para atender às necessidades educacionais das pessoas com deficiência. Sendo assim, o AEE tem como função complementar na formação das crianças, disponibilizando recursos, serviços e estratégias que possibilitem a plena participação dessas crianças na sociedade, favorecendo um desempenho de aprendizagem com qualidade.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I–construir uma sociedade livre, justa e solidária; II–garantir o desenvolvimento nacional; III–erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV–promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CONSTITUIÇÃO, 1988).

A Lei nº 7853/89 garante as pessoas com deficiência o direito de inclusão social, assegurado os direitos básicos para viver socialmente, incluindo a educação, a saúde, o trabalho, o lazer e a previdência social, ou seja, foi criada com a finalidade de garantir para as pessoas com deficiência a sua integração social, assegurando os direitos básicos de vida social. Sendo assim, garantir para essas crianças uma boa qualidade de ensino, com recursos e pessoas especializadas, além de obrigar o sistema para oferecer uma educação especial e ensino regular de qualidade.

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (BRASIL, LEI Nº 7853/89).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um documento de grande relevância, visto que expõe os direitos que as nossas crianças e adolescentes conquistaram na

sociedade. Portanto, o ECA quebra a doutrina que tratava a criança e o adolescente como objetos, começando a tratá-los como sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) apresenta grandes mudanças, uma vez que assegura a efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente e garante uma proteção integral para os sujeitos. Todo ser humano, a partir de seu nascimento, possui necessidades fundamentais à sobrevivência na sociedade, no entanto, os direitos da criança e do adolescente abrem mais um leque diferenciado para aqueles que estão em processo de formação e de desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à gestão política pública de atendimento à infância e à juventude mobiliza diferentes agentes na defesa, no controle social e na promoção destes direitos. O Estatuto ainda menciona a obrigatoriedade legal que os pais ou responsáveis tem em matricular seus filhos na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos(1990) e Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da Educação inclusiva (MEC/SEESP).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio para fazer a organização no sistema escolar, atendendo as necessidades dos alunos, realizando um sistema educacional de qualidade que garanta a efetividade e permanência das crianças no ensino regular, respeitando as diferenças, incluindo nessa organização a inclusão das pessoas com deficiência.

Na nova “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” da SEESP/MEC veio orientando o sistema para a preparação dos recursos e serviços da educação especial de uma forma que acrescente as crianças com deficiência ao ensino regular com responsabilidade. Além de incluir, a política oferta uma sala de atendimento educacional especializado- AEE, que será um espaço para atender os alunos com deficiência sem substituir a sala de ensino regular. A educação especial visa mudar a concepção de que os alunos com deficiência não conseguem conviver no ensino regular de ensino, tendo em vista que a intencionalidade dessa lei é garantir os direitos das crianças com deficiência e incluí-las no âmbito social.

Nesta inclusão também entram as crianças diagnosticadas com Transtorno de Espectro Autista (TEA), que são consideradas por lei como pessoas com deficiência (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) e, por conta de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que faz com que sejam necessárias a defesa e garantias específicas dos seus

direitos, assim como a elaboração de políticas públicas que objetivem sua integração sócio educacional.

Importante ressaltar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que traz várias diretrizes no que diz respeito à formação educacional de pessoas com deficiência, apontando a necessidade de inclusão e a facilidade de acesso das mesmas. Destaque seja dado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que, em seu artigo 58, versa sobre a necessidade de haver educação especial para alunos com transtornos globais do desenvolvimento e sobre o acompanhamento especial em escola regular. Vejamos:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Em 27 de dezembro de 2012, foi criada a Lei. 12.764 que institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista”, ela é responsável para tornar oficialmente os autistas como pessoas com deficiências, fazendo assim, valer os direitos de todas as políticas de inclusão no país e dentro destes direitos de todas as políticas de inclusão no país, dentre desses direitos se encontra a educação.

Com efeito, a pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA), tem por obrigatoriedade o direito de ser matriculado em qualquer instituição de ensino sendo ela privada ou pública, pois o gestor escolar que negar esse direito poderá ser punido da seguinte forma: “Art.7º O gestor escolar ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com Transtorno do Espectro Autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20(vinte) salários mínimos” (BRASIL, Lei. 12.764).

Inserir alunos com deficiência de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos graves no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação. O princípio democrático da educação para todos, só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles. A inclusão como consequência de um ensino de qualidade para todos, provoca e exigem da escola brasileira, novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem suas práticas. É um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria das escolas de níveis básicos.

Para acrescentar ainda mais os direitos das pessoas com deficiência foi criada a Lei Nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, para pôr em vigor o direito de igualdade para todos, sem nenhuma discriminação.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (LBI, 2015).

A LBI foi sancionada em 06 de Julho de 2015 com a finalidade de fortalecer ainda mais os direitos exercidos para as pessoas com deficiência, esses direitos são de uma forma geral, não só no âmbito educacional, mas também no social. No campo educacional, a Lei institui que a pessoa com deficiência tem como direito garantido a permanência nas instituições sem precisar nenhuma taxa de acréscimo e garante vagas de até 10% para matrículas nas escolas regulares. Além disso, a Lei trata como importância a formação continuada para os profissionais envolvidos e que as instituições devem oportunizar a participação dessas pessoas em todas as atividades realizadas.

Assim, iremos no próximo capítulo deste trabalho apresentar os referidos resultados da pesquisa realizadas nas pré-escolas do município de João Pessoa, analisando as práticas pedagógicas para a inclusão das crianças com TEA, no ensino regular da educação infantil.

5 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA DE PROFESSORES E PAIS

Como ponto de partida para incluir a criança autista na escola regular, podemos pensar inicialmente na sala de aula que essa criança passará a frequentar. Sabemos da dificuldade que encontramos para buscar o foco da criança autista, levando em consideração as características que eles apresentam. Pensando nisso, surge à preocupação de adaptar o ambiente em que aquele estará inserido, por isso é importante que a criança se sinta mais próxima do professor, que é a peça fundamental para essa adaptação.

Importante também que na sala de aula esteja presente uma rotina facilitadora para a compreensão daquela criança. Exemplo, um quadro representativo com imagens e palavras que a criança possa compreender a ordem de atividades que deve ser posta em prática por ele diariamente. Neste aspecto, ainda é importante que o professor use esses recursos visuais nas aplicações das atividades em sala e também utilize misturas dos fatos escolares com os interesses restritos das crianças autistas, assim a criança entenderá a mensagem que queiram lhe passar. Outro ponto importante para a inclusão das crianças autistas é o trabalho de conscientização com a turma, em relação ao barulho, para que a criança não sinta desconforto durante o seu processo de adaptação.

Os aspectos citados acima fazem parte de um processo de adaptação das crianças autistas em um ambiente novo. Mas que para incluir uma criança autista no ensino regular, deve-se refletir que não se trata apenas a um aprendizado acadêmico e sim de um aprendizado de uma forma geral, como, linguagem, comportamento de adaptação, interação social e comunicação.

Sendo assim, neste capítulo iremos relatar os achados da pesquisa e desvelar a percepção da inclusão por parte dos professores e pais das crianças com o intuito de mostrar como acontece essa inclusão nas escolas Municipais de João Pessoa, que foram realizadas as pesquisas na perspectiva de observar a efetivação e a permanência das crianças com TEA no ensino regular.

Baseado nos dados coletados foi possível criar um conjunto de categorias para que pudéssemos compreender como acontece a prática pedagógica para a permanência da criança autista no ensino regular e entender a participação dos responsáveis no desenvolvimento dessa criança, no ambiente escolar.

Os sujeitos envolvidos nas entrevistas tiveram os nomes preservados para garantir o anonimato da identidade dos mesmos. A codificação foi realizada da seguinte forma: Para os

pais entrevistados usamos a sigla “PS”, para os professores da sala regular “PR” e para as acompanhantes das crianças autistas “AC”. Para identificar as duas professoras e acompanhantes da EMEF Prof^a Ana Cristina irei acrescentar o numeral 1 e 2 no final de cada sigla e para os profissionais da EMEF João Gadelha não foi necessário utilizar a numeração para identificá-los, já que na escola só consta uma criança autista. Ao todo foram entrevistados 8 (oito) sujeitos, sendo 3 (três) professoras, 3 (três) acompanhantes e 2 (dois) responsáveis.

5.1 Categoria 1: Formações para os profissionais

Nessa categoria iremos abordar justamente sobre a efetividade desse direito dos profissionais que estão envolvidos diretamente com as crianças autistas, sobre o tempo de experiência e sua formação. Para iniciarmos iremos expor as falas das professoras de ensino regular das duas instituições, lembrando que na EMEF Prof^a Ana Cristina Rolin Machado, possui 2 (dois) alunos matriculados em turmas diferentes.

Ao questionar para as entrevistadas sobre a formação acadêmica e o tempo de experiência como professora, tivemos as seguintes respostas:

22 anos. Antes eu tinha só formação pedagógica e com o passar do tempo foi exigido um curso superior e eu fiz o curso de pedagogia e entrei logo nas duas especializações, porque eu sabia que não ia ter mais tempo.
[...] Eu já trabalhei com jovens e adultos, já trabalhei com série até 4º ano, antes tinha um programa para trabalhar com criança fora da faixa etária, logo no início...aceleração da aprendizagem. (INFORMAÇÃO VERBAL - PR1)

A professora do relato acima tem 66 anos de idade, como percebemos no relato, ela não tinha o curso superior quando começou a lecionar, portanto entrou na universidade quando passou a ser exigido, de acordo com o Art.62 da LDB/96.

15 anos de atuação, mas com a pré - escola só cinco anos. Só tenho formação em pedagogia que mesmo assim eu terminei há seis anos. Antes eu só tinha o magistério, antigamente não era exigido o curso superior. (INFORMAÇÃO VERBAL, PR2)

Este é o relato da segunda professora da mesma escola. É possível notar nesta fala que a mesma possui um tempo acessível de experiência, mas que a formação da mesma só passou a ser exigida certo tempo depois.

Vejamos agora o que diz a professora da EMEF Prof^o João Gadelha de Oliveira Filho, quando fizemos os mesmos questionamentos.

Eu tenho o curso de professora que antes eles chamavam de normal, o magistério, não tenho universidade não, curso superior não, comecei História, mas parei.

No município eu tenho 23 anos de experiência, eu ensino na pré-escola somente há 4 anos, antes tinha ano que eu estava no 2º ano, no 4º ia variando, mas há 4 anos eu estou somente com o pré. [...]antes quando eu ensinava aos outros, eu pensava que o pré era mais trabalhoso, mas não é não é muito bom, eu tô gostando. (INFORMAÇÃO VERBAL, PR)

Como já foi mencionado no capítulo anterior, relacionado ao Art 2º da Lei. 12.764, toda criança autista incluída na classe comum do ensino regular, tem direito a um acompanhante especializado, resolvemos realizar o questionamento da formação e experiência com os acompanhantes dos sujeitos observados. Observemos:

Esse é meu terceiro ano que fico com um autista e que trabalho como cuidadora e tenho o ensino médio completo. (INFORMAÇÃO VERBAL, EMEF Ana Cristina, AC1).

Faz dois anos que sou cuidadora, e com autista é meu primeiro ano e a tenho o ensino médio concluído (INFORMAÇÃO VERBAL, EMEF Ana Cristina, AC2).

Tenho curso de pedagogia e especialização em psicopedagogia, com criança autista tenho mais ou menos uns quatro anos de experiência (INFORMAÇÃO VERBAL, EMEF João Gadelha, AC).

A Criança autista necessita de um acompanhamento importantíssimo para que possa de haver algum desenvolvimento no seu ambiente tanto social, como também educacional, tendo em vista que as pessoas precisam saber compreendê-la, entender as fases que apresentam de acordo com as suas características. O fato das duas primeiras falas acima afirmarem que não tem nenhuma formação relacionada ao autismo e pouquíssimas experiências com o mesmo, podemos analisar quais são as contribuições que essas acompanhantes estejam trazendo para essas crianças.

5.2 Categoria 2: Acolhida da criança com autismo

O intuito dessa categoria foi analisar a forma em que os alunos autistas eram acolhidos na escola, os métodos e as atividades que são aplicadas para tentar um meio de socialização desta criança com as outras da sala regular.

De acordo com Mantoan (2006) para que de fato ocorra à inclusão, a escola precisa mudar como um tudo, para que possa atender todas as necessidades, provenientes dos alunos portadores de necessidades especiais ou não. É fundamenta analisar a forma que a criança

autista seja aceita no ambiente escolar, para assim, ela mesma puder se adaptar a uma nova rotina.

Questionamos sobre como era a acolhida dessas crianças e como acontecia a sua adaptação, a seguir as respostas que as professoras nos deram.

Eu fiquei desesperada, porque eu sou mãe, sou avó e na minha família não tem aí eu fiquei desesperada. Eu nunca tinha recebido um aluno assim, a gente recebe criança que não tem muito limite, com pouca deficiência de aprendizagem, mas como ele Pra mim foi muito difícil, ele beliscava, mordida não. [...]. Para adaptação trabalhamos com V., com a tutora e a menina que toma conta dele (EMEF Ana Cristina, PR1).

Eu já trabalhei com criança autista em escola particular, como eu te disse o que eu estranho um pouco é a diferença das metodologias, mas depende muito do profissional que tá acompanhando a criança. Na escola particular a psicóloga que acompanhava a criança autista do 3ºano, ela tinha uma metodologia diferenciada da que é usada aqui na escola, aí eu estranho um pouco, mas vou me adaptando a metodologia da escola do que me dizem pra eu fazer (EMEF Ana Cristina, PR2).

Eu já tinha recebido em outras séries, mas o primeiro foi impactante, eu fiquei receosa, eu pensei que não ia dar conta que ia ser muito complicado, mas não é. A gente realmente precisa, seria maravilhoso se tivéssemos um curso de formação, porque seria melhor a gente entenderia melhor (EMEF João Gadelha, PR).

Nos três relatos encontramos dificuldades e receios ao se deparar com a criança autista. Se observarmos a fala da EMEF Ana Cristina, PR1 com a da EMEF Ana Cristina, PR2 iremos perceber que as duas trabalharam a adaptação dessas crianças sob a orientação de outros profissionais, mostraram as suas dificuldades em lidar com o autismo, enquanto uma afirma que nunca teve experiência e que teve receio, a outra afirma que já teve outras experiências com o autismo, porém relatou também a sua dificuldade para obter esse trabalho de inclusão. No caso da PR da EMEF João Gadelha foi perceptível a mesma dificuldade, quando a mesma aponta a necessidade de curso de formação para entender melhor sobre o autismo. A criança autista apresenta características que trata a dificuldade de quem convive com ele, pela difícil tarefa de socializar o mundo imaginário do autista ao mundo real. O autismo é então colocado como uma perturbação no trio: interação social, comportamento e comunicação (ÉLIDA,2015, p.22).

Enquanto conversamos sobre o processo de educação, entramos em questionamento sobre os métodos utilizados com a criança autista, que foi possível coletar as seguintes respostas.

Ele participa no geral com as crianças, se as crianças estão fazendo uma atividade de cobrir letra, hoje ele faz, mas antes ele não fazia.

[...]devagarinho com a deficiência dele ele acompanha e a gente chamando pra fazer junto (EMEF Ana Cristina, PR1)

Ele não participa de nada, e a orientação que eu recebi foi de não forçar e esperar o tempo dele. Hoje eu trabalhe a lista dos nomes, e eu ainda consegui que ele pegasse no lápis, mas ele não circulou a letra, soltou o lápis e foi pra o fundo da sala (EMEF Ana Cristina, PR2)

Tem momentos que a gente usa muitos os jogos, material lúdico, mas tirando isso a metodologia é igual dos outros, atividades normais, desenhos...ele faz as atividades com a cuidadora, as tarefas são iguais dos outros e ele se sai muito bem (EMEF João Gadelha, PR.)

Vimos nos três relatos que não são aplicadas atividades adaptadas para atingir a compreensão das crianças autistas. Sabendo das dificuldades que a criança autista tem em compreender o que é lhe falado, damos a entender que essas práticas mencionadas acima não são facilitadoras para que estas crianças avancem na aprendizagem.

Em relação ao relato da PR1, sobre a questão de ele participar, tenho o seguinte registro:

A professora estava realizando uma atividade sobre diferente/igual, essa atividade era de forma escrita. Acompanhante pegou o lápis e sentou perto dele para realizar atividade junto com ele, porém ele estava inquieto querendo sair da cadeira para pegar um biscoito que estava na sua bolsa, imediatamente acompanhante sentou ele na cadeira, ficou segurando a cadeira com a perna impedindo que ele saísse e realizou atividade segurando na sua mão (EMEF Ana Cristina/Diário de Campo, 17 de Março de 2017).

Será que essa atitude foi positiva para aprendizagem dessa criança? Certamente não, a partir do momento que ela foi forçada a sentar, já de imediato retirou qualquer atenção que a criança pudesse ter na realização da atividade e ainda ao realizar a atividade pegando na mão dessa criança sem ela mesma ter a compreensão do que está fazendo, se tornou ainda mais uma atividade sem fundamento.

5.3 Categoria 3: Dificuldades em lidar com a criança com autismo

As características que a criança autista apresenta se torna dificultosas para quem convive com ela, pela dificuldade de socializar o mundo imaginário do autista com o mundo real. O autismo é então colocado como uma perturbação no trio: interação social, comportamento e comunicação (ÉLIDA, 2015, p.22).

Nesta categoria tratamos de entender as principais dificuldades que os profissionais apresentam em lidar com as características que as crianças autistas possuem. Para isso, iremos mostrar os relatos das professoras e dos acompanhantes.

Para iniciar o diálogo, questionamos sobre as dificuldades encontradas para trabalhar com as crianças autistas. Vejamos os relatos abaixo:

De se concentrar, ele só fica na cadeira se a cuidadora ficar do lado dele [...] não é muito atento fica muito no mundo dele (EMEF Ana Cristina, PR1)

Fazer ele ficar na sala e realizar as atividades, ele não fica mesmo eu cantando com as outras crianças “Vem D., Vem D.”, mesmo eu pedindo para os coleguinhas irem buscar ele. Ele não aceita. Acho que ele é assim, por culpa da avó que faz tudo o que ele quer. Ela superprotege ele e acaba fazendo mal. E aqui a menina fica atrás dele o tempo todo ele sai da sala e ela traz, e ele sai e ela traz é assim o tempo todo (EMEF Ana Cristina, PR2)

Eles são ruins com a fala, com as palavras. E a dificuldade de se concentrar, eles são muito agitados (EMEF João Gadelha, PR2)

Se percebermos as maiores dificuldades encontradas por elas são levá-los para um contexto escolar sócio-educacional. Pelo fato de umas das características está associada na integração com outras pessoas, dificulta em realizar um trabalho que possa facilitar a aprendizagem dessas crianças.

Nos relatos das acompanhantes não são diferentes, vejamos:

Fazer com que ele se concentre mais, preste atenção no dever (EMEF Ana Cristina, C1).

Ele é muito agitado, não quer ficar em momento nenhum na sala, eu e R. já fizemos de tudo pra ele ficar na sala, mas ele não quer. Fica correndo e rodando e como a recomendação que eu recebi foi não forçar ele, eu fico atrás pra ele não se machucar. Geralmente ele fica no pátio (EMEF Ana Cristina, C2).

Ele é um menino tranquilo não me dá muito trabalho, só quando quer alguma coisa que não tá na hora, aí eu explico as vezes ele chora e não quer entender, mas na maior parte das vezes ele entende (EMEF João Gadelha, C).

As falas também focam na dificuldade de buscar atenção das crianças para a realização das atividades, bem como relatam sobre os comportamentos das crianças. Para tanto, o que os profissionais precisam entender é o porquê desses comportamentos, birras e desatenção.

Como exemplo de comportamento, a seguir encontra-se um registro do Diário de Campo da EMEF João Gadelha:

Enquanto a professora aplicava atividade para as outras crianças, a criança autista levantou e foi urinar em frente ao quadro, a professora e acompanhante disseram que era a segunda vez que ele fazia isso naquele mesmo dia e que ele nunca havia feito. Ficamos sem entender, depois a acompanhante observou que no quadro havia uma figura ilustrativa ensinando o local correto para fazer as necessidades fisiologia e no banheiro da escola havia a mesma figura. A professora teria usado essa figura na aula anterior para dá uma aula de para a turma, porém esqueceu de retirar. Pelo fato da figura ser a mesma usada no banheiro, a criança entendeu que ali seria o lugar correto para ele usar (EMEF João Gadelha/Diário de Campo, 10 de março de 2017).

Esse registro nos leva a pensar que às vezes o comportamento da criança autista reflete naquilo que ele compreendeu.

Ponto fundamental neste aspecto é o entendimento de que os comportamentos acontecem em contextos. Por mais que um comportamento pareça não ter motivo, quase sempre este motivo existe. Pode ser um motivo que não faz sentido aos olhos das outras pessoas, mas que claramente faz sentido no universo e nas peculiaridades cognitivas de um autista (GIKOVATE, 2009, p.25).

5.4 Categoria 4: Família/Escola/Amigos

Aqui pensamos em tratar sobre a relação de todos os sujeitos que a criança autista está inserida, tanto no meio social como também no meio educacional, trazendo a importância desses sujeitos para o desenvolvimento desta criança. Para isso, usamos os relatos dos entrevistados para mostrar como acontece essa ligação família x escola.

Sempre que chamamos a mãe dele vem aqui, ela ajuda ele com as tarefas de casa e participa das reuniões. Ela é presente (EMEF Ana Cristina, PR1).

Ele é criado pela avó, eu não tenho muito contato com ela. A preocupação dela é só em saber se ele está bem de saúde, não se preocupa com a questão pedagógica (EMEF Ana Cristina, PR2).

É muito boa. É muito boa. Ela cuida dele sozinha com os pais dela. Ela ajuda ele como pode, leva ele no médico e quando dá ela vem nas reuniões, porque ela ajuda o pai que é dono de uma padaria. Ela é uma pessoa excelente (EMEF João Gadelha, PR).

Os relatos acima foram bem sucintos, porém deu para perceber que em dois casos os responsáveis apresentaram algum tipo de contato com a escola, porém no outro caso que a PR2 relata, percebemos com maior clareza que a responsável pela criança se preocupa mais

pelo cuidado e bem estar da mesma, claro que a questão da saúde é fundamental, porém possa ser que essa criança apresente mais dificuldades no seu desenvolvimento.

No intuito de saber como acontece a participação dos pais nas atividades das crianças tivemos a oportunidade de realizar um diálogo com dois responsáveis, nessa conversa questionamos como eles participavam das atividades dentro da escola e se a escola abria espaço para que isso acontecesse. Abaixo se encontram os relatos:

A tarefa de casa eu ajudo, a escola só chama quando tem reunião ou alguma apresentação. Aí eu venho assistir, gosto quando ele faz as coisas na escola. Eu também sempre to perguntando pra professora R como ele ta na escola (EMEF Ana Cristina, PS1).

Eu sempre to vindo aqui na escola saber dele, quero que meu filho aprenda, ajudo em todas as tarefas de casa, quando tem reunião às vezes eu venho, depende se eu não tiver no trabalho. Tia V sempre chama quando ele vai fazer alguma apresentação, as vezes ele não quer fazer (EMEF João Gadelha, PS).

Foi possível perceber que os dois sujeitos entrevistados sabem da importância do acompanhamento da família na escola para o crescimento dessas crianças, mesmo apontando algumas dificuldades para mais frequência na escola, demonstram preocupação.

O terceiro requisito dessa categoria foi averiguar como é o relacionamento das crianças autistas com os outros alunos da sala regular. Nos relatos abaixo vai ser possível perceber que embora haja a dificuldade de interação do autista com o meio social, ainda 2 (dois) dos sujeitos observados apresentam uma boa relação com os colegas de sala.

É boa, boa mesmo, os coleguinhas fazem carinho nele, tratam ele bem, chamam pra brincar, não tem essa coisa de preconceito (EMEF Ana Cristina, p1)

Não tem interação, ele não aceita contato com os coleguinhas, mesmo eles cantando, chamando pra participar da atividade ele não vem. Finge que não tá vendo os amigos chamarem (EMEF Ana Cristina, P2)

Muito boa. Ele é carinhoso com as outras crianças (EMEF João Gadelha, P)

Em relação à fala da P da EMEF João Gadelha, registramos algo interessante no Diário de Campo.

A criança em nenhum momento se sentiu desconfortável com a nossa presença em sala de aula, se aproximava e nos abraçava várias vezes repetindo a mesma ação (EMEF João Gadelha, (EMEF João Gadelha/Diário de Campo, 03 de março de 2017).

A professora realizou a brincadeira do caça ovos e ele não quis participar, daí ficava o tempo perto da gente e segurava a nossa mão (EMEF João Gadelha/ Diário de Campo, 10 de abril de 2017).

De acordo com esses registros é possível perceber que a criança não sente tanta dificuldade em relação às outras crianças, que a rejeição maior é em não realizar as atividades em grupo.

A interação social é fundamental para o processo de desenvolvimento da criança autista no âmbito educacional. Sendo assim, a escola se torna responsável pelas estratégias para fazer com que aconteça o respeito com a diferença, não só em relação à criança autista, mas também em um trabalho de conscientização da escola como um todo.

5.5 Categoria 5: Importância do ensino regular para criança autista

A nossa última categoria se torna de relevante importância para o resultado de nossa pesquisa. De acordo com os dados coletados vimos que a inclusão da criança autista na sala regular é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e intelectual dos mesmos. Embora ainda com um sistema falho, percebemos que nas Escolas Municipais de João Pessoa alvo da nossa pesquisa, os profissionais se empenham na tentativa de incluir este aluno da melhor forma possível. Nos relatos abaixo, iremos ver a opinião dos profissionais sobre a importância dessa inclusão.

Como base para o diálogo, indagamos a opinião desses sujeitos como a inclusão de crianças autistas, no ponto positivo para o desenvolvimento dos mesmos.

Concordo com essa inclusão como sendo fundamental para o desenvolvimento desse aluno, o autista tem essa necessidade de estar inserido em outro meio sem ser o dele. Nós não temos ajuda para que isso aconteça com uma boa qualidade, mas se o professor quiser pode ajudar esse aluno sim (EMEF Ana Cristina, PR1).

Acredito que o ensino regular ajuda bastante não só ao autista, mas também a qualquer criança que apresente alguma deficiência, é uma pena que não seja de acordo com o que estabelece a lei, mas os professores fazem o que podem para que essa criança cresça no ambiente escolar (EMEF João Gadelha, AC).

Já que a criança autista apresenta essa característica que dificulta a socialização com outras crianças, creio eu, que o ensino regular seja muito positivo para que esse aluno possa se desenvolver (EMEF Ana Cristina, PR2).

De acordo com os relatos acima, podemos perceber o reconhecimento sobre a importância para o desenvolvimento da criança autista na educação regular dos sujeitos entrevistados, mesmo percebendo que vivemos em um sistema falho para que aconteça essa inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa e de acordo com os dados encontrados, podemos concluir que a inclusão das crianças com Transtorno de Espectro Autista é caracterizada por grandes falhas que segue o contrário do que as leis e documentos asseguram. Nos relatos de entrevistas foi possível notar a preocupação dos profissionais no que diz respeito à falta de formação continuada.

A inclusão é algo que está sendo tratado cada vez mais com importância. Com o desenvolver das políticas públicas discutidas no trabalho, foi possível notar a preocupação das leis estabelecidas em melhorar e oportunizar cada vez mais uma educação de qualidade e de igualdade para todos. Mesmo vendo um sistema falho nas efetividades dessas leis podemos ver o alcance de lutas antigas. Isso fica evidente no TEA, que nem era reconhecido como uma deficiência e que, atualmente, existe a própria lei específica que assegura todos os direitos desta deficiência.

Identificamos nos relatos das entrevistas o receio dos profissionais envolvidos em lidar com as crianças autistas. A escola e o professor são fundamentais para desenvolver nas crianças suas habilidades de acordo com cada necessidade. O professor a partir da atividade intelectual que desenvolve com as crianças, busca levá-las a refletir e a contextualizá-las nos conceitos propostos de sua realidade contextual.

Ao longo de todo o processo de produção e análise dos dados foi possível identificar a preocupação dos profissionais envolvidos com os autistas em tentar adaptar o ambiente educacional para a plena apropriação do mesmo, pelas crianças.

Através da pesquisa realizada nas duas escolas, observamos o trabalho feito das professoras e acompanhantes, no intuito de identificar as práticas pedagógicas realizadas com as crianças autistas. Assim, foi possível perceber as dificuldades que as mesmas apresentam para agir de acordo com as características das crianças. Por isso, diante da inclusão educacional das crianças com autismo, os profissionais precisam buscar adquirir sempre mais conhecimentos, na intenção de que o trabalho realmente seja realizado de forma qualitativa.

Ao término desta pesquisa é possível apontar para a necessidade de melhoria nas efetividades das políticas públicas de inclusão educacional no âmbito pedagógico e social, fortalecendo formações continuadas para os profissionais envolvidos com as crianças autistas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2002.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. 2015.
- GIKOVATE, C; **Autismo**: compreendendo para melhor incluir, Rio de Janeiro, 2009, p.7-35.
- KANNER, L. **Pathology**: Autistic Disturbances of affective contact. *Nervous Child*.2,217-150,1943.
- LEMOS, E; SALOMÃO, N; RAMOS, C; Inclusão de Criança Autistas: Um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. In: **Rev. Bras. Ed. Esp**, Marília, v.20, n.1, p.117-130, jan-març, 2014.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, 2006.
- NILSON, I. Introdução á educação especial para pessoas com Transtorno do Espectro Autístico e dificuldades semelhantes de aprendizado. In: **Temas de desenvolvimento 12** (68): 5-45 maio-junho 2003.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.
- RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: David Rodrigues (Org.) **Perspectivas sobre a Inclusão**: da Educação à Sociedade, Porto Editora, Porto. 2003.
- UNESCO. Necessidades Educativas Especiais – NEE. In: **Conferência Mundial sobre NEE**. Salamanca, ES: 1994.
- UNESCO. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

WING, L., & GOULD, J; **Severe impairments of social interection and associated abnormalities in chidren**: epidemiology and classification. Journal of Autism and developmental Disorder. 9, 11-29.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para pais ou responsáveis)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (para pais ou responsáveis)

Seu (ua) filho(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “**A EDUCAÇÃO, DIREITOS DE CRIANÇAS AUTISTAS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DE JOÃO PESSOA: a efetividade do direito à educação infantil**”, coordenada pela Prof^ª. Dra. Adelaide Alves Dias, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFPB. Meu nome é _____, sou a bolsista responsável pela realização da pesquisa.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as políticas públicas de inclusão educacional de pessoas com autismo na Paraíba e identificar os limites e os avanços de tais políticas para a plena efetivação da garantia do direito à educação e, conseqüentemente, da vivência plena de cidadania das pessoas autistas.

A sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Esclarecemos, também, que o(a) seu(ua) filho(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração pela sua participação na pesquisa.

A pesquisa consiste da aplicação de questionários e entrevistas com pais (responsáveis) e professores, observação e registro escrito e fotográfico das rotinas de ensino das salas de aula em que seu filho estuda e não oferece riscos, previsíveis, para a saúde de seu(ua) filho(a). Se você concordar que seu(ua) filho(a) participe, estará contribuindo para a melhoria do trabalho docente na educação infantil, bem como do serviço prestado à comunidade, além de fornecer subsídios teóricos para a elaboração de Políticas Públicas de Educação Infantil.

Os dados da pesquisa serão analisados e os resultados serão apresentados em eventos da área de Educação e publicados em revista e periódicos científicos, mas a identidade de seu(ua) filho(a) não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Ao concordar em participar da pesquisa, você estará permitindo que a fotografia de seu(ua) filho(a) seja utilizada, e editada, unicamente para fins de pesquisa.

Após receber os esclarecimentos e as informações, no caso de aceitar que seu(u) filho(a) faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

Em caso de dúvidas, em qualquer etapa, sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Joasliny de Souza Lacerda ou com a coordenadora responsável, profa. Dra. Adelaide Alves Dias, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. Telefones: (83) 9 8668-3640 (83) 32167140 ou (83) 98843-1732, e-mail: 12071991lacerda@gmail.com / adelaide.ufpb@gmail.com.

Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal da Paraíba - Campus I – Cidade Universitária - Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – 1º andar – CCS. Telefone: (83) 3216 7791. E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

CONSENTIMENTO

Eu, _____, responsável por _____, autorizo sua participação na pesquisa, sabendo que não vou receber nenhuma gratificação ou pagamento por isso. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

APÊNDICE B - Termo de autorização para utilização de imagens das crianças

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DAS CRIANÇAS

Eu _____, responsável por _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de sua imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora a realizar as fotos que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990).

João Pessoa _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para os professores

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS ACADÊMICOS E DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA**

Roteiro de entrevista para os professores

- Identificação
 - ✓ Nome
 - ✓ Idade
 - ✓ Formação
 - ✓ Função
 - ✓ Tempo de experiência
 - ✓ Natureza de vínculo empregatício

- Formação continuada para educação especial.
- Reação ao receber uma criança autista.
- Métodos usados para adaptação da criança autista.
- Metodologia do professor com a criança autista.
- Maior dificuldade que o professor encontra.
- Elaboração de planos de atividades e avaliações.
- Relações interpessoais da criança autista e os demais alunos.
- Relação entre o professor e a família da criança autista.
- Participação dos pais nas atividades.
- Relação entre o professor e os demais profissionais envolvidos com a criança autista.

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista para os pais

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMA ACADÊMICA E DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA

Roteiro de entrevista para os pais

- Identificação
 - ✓ Nome
 - ✓ Idade
 - ✓ Parentesco
 - ✓ Profissão

- Diagnóstico do TEA.
- Reação dos responsáveis.
- Primeiras medidas.
- Acolhimento e recepção de escola.
- Relação do responsável com os profissionais.
- Participação nas atividades.
- O ensino regular no desenvolvimento da criança.